

A. I. N° - 279468.0006/08-0
AUTUADO - TIM NORDESTE S.A.
AUTUANTES LAUDELINO BISPO COSTA FILHO, ROQUELINA DE JESUS e SANDRA MARIA SILVA NOYA
ORIGEM - IFEP SERVIÇOS
INTERNET - 11. 06. 2010

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0131-01/10

EMENTA: ICMS. 1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO. IMPOSTO RECOLHIDO A MENOS. Infração caracterizada. 2. OPERAÇÕES INTERESTADUAIS DE VENDAS DE APARELHOS CELULARES SUJEITOS A TRIBUTAÇÃO, DECLARADAS COMO NÃO TRIBUTÁVEIS. Autuado elide parcialmente a autuação ao comprovar a existência de equívocos no levantamento fiscal, fato reconhecido pelos próprios autuantes. Refeitos os cálculos. Reduzido o valor do débito. Infração parcialmente subsistente. 3. BASE DE CÁLCULO. ERRO NA SUA DETERMINAÇÃO. Autuado elide parcialmente a autuação ao comprovar a existência de equívocos no levantamento fiscal, fato reconhecido pelos próprios autuantes. Refeitos os cálculos. Reduzido o valor do débito. Infração parcialmente subsistente. 4. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. CONSIGNAÇÃO MERCANTIL. CREDITAMENTO EFETUADO EM VALOR SUPERIOR AO DESTACADO NA NOTA FISCAL DE REMESSA. No retorno da mercadoria remetida em consignação, o valor do crédito fiscal a ser utilizado pelo consignante não pode ser superior ao valor do débito destacado na nota fiscal de remessa para o consignatário. 5. REMESSA DE BENS PARA CONSERTO SEM O DEVIDO RETORNO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. 6. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO NOS PRAZOS REGULAMENTARES. 7. REMESSA DE BENS PARA EXPOSIÇÃO SEM O DEVIDO RETORNO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. 8. OPERAÇÕES NÃO ESCRITURADAS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO NOS PRAZOS REGULAMENTARES. 9. DESINCORPORAÇÃO DE BENS DO ATIVO PERMANENTE. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Infrações caracterizadas. Não acolhida a arguição preliminar de decadência e nulidade. Indeferido o pedido de perícia. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 30/09/2008, exige ICMS no valor de R\$ 623.682,05, em decorrência do cometimento das seguintes infrações à legislação do ICMS imputadas ao autuado:

1. Recolheu a menos o ICMS relativo à prestação de serviços de comunicação, nos meses de janeiro, agosto, novembro e dezembro de 2003, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 623.682,05, com multa de 60%. Consta se referir aos serviços de telecomunicação prestados, assemelhados devido a erro na determinação da base de cálculo, que

convênio 126/98 e § 2º do art. 569 do RICMS/BA, a base de cálculo é o valor tarifário por ocasião da entrega, real ou simbólica a terceiros, para fornecimento ao usuário - papel de trabalho Anexos saídas – planilha Operações com cartões;

2. Deixou de recolher ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas no mês de dezembro de 2003, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 3.981,62, acrescido da multa de 60%. Consta que o contribuinte deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares referentes às vendas interestaduais de aparelhos celulares. Papel de trabalho Anexos saídas – planilha Vendas sem ICMS;

3. Recolheu a menos ICMS em decorrência de erro na determinação da base de cálculo do imposto nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, no mês de dezembro de 2003, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 38.747,66, acrescido da multa de 60%. Consta se tratar de recolhimento a menos do ICMS, em razão da falta de emissão de nota fiscal complementar para reajustamento do preço de vendas das mercadorias em consignação que foram superiores aos da ocasião da remessa em consignação (Art. 409 do RICMS-BA). Conforme Papel de Trabalho Remessa x Vendas x Retorno_Consignação.xls – Consta ainda que planilha Resumo está demonstrado o cálculo das diferenças (Anexo 01) nos Anexos 02 ao 10 as Notas Fiscais de remessa, retorno e vendas das mercadorias de operações de consignação mercantil bem como resumo das Notas Fiscais por clientes;

4. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado nos documentos fiscais, no mês de dezembro de 2003, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 8.991,34, acrescido da multa de 60%. Consta se referir a crédito utilizado indevidamente no retorno das mercadorias remetidas em consignação, em razão de o preço do retorno das mercadorias ter sido superior ao de remessa em consignação (Art. 409 do RICMS/BA). Papel de Trabalho Remessa x Vendas x Retorno_Consignação.xls – Na planilha Resumo está demonstrado o cálculo indevido (Anexo 01) nos Anexos 02 ao 10 as Notas Fiscais de remessa, retorno e vendas das mercadorias de operações de consignação mercantil bem como resumo das Notas Fiscais por clientes;

5. Deixou de recolher ICMS em razão de remessa de bens para conserto, sem o devido retorno, no mês de dezembro de 2003, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 420.531,11, acrescido da multa de 60%. Consta se referir a falta de recolhimento do ICMS, tendo em vista remessas de mercadorias ou bens para conserto ou reparo, para PICOLLI SERVICE COM PREST SERV LTDA (papel de trabalho Picolli PICBA AT diferenças.xls) e para AGILENT TECHNOLOGIES BRASIL LTDA, ALLIANCE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CENTRO DE PESQUISA E DESENV TELEC, MAIOR TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, SECIT BRASIL LTDA E TELEALPHA COMERCIAL LTDA (papel de trabalho NF CONSERTO), sem comprovação do retorno ao estabelecimento de origem, dentro de 180 dias contados da data da saída, ficando encerrada a fase de suspensão conforme art. 627 do RICMS-BA;

6. Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, nos meses de janeiro, junho e dezembro de 2003, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 23.526,03. Consta se tratar de falta de pagamento do ICMS nas remessas em bonificações relacionadas nas Notas Fiscais. Papel de trabalho Anexos saídas – planilha Doações;

7. Deixou de recolher ICMS em razão da remessa de bens para exposição, sem o devido retorno, nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro a dezembro de 2003, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 13.709,97, acrescido da multa de 60%. Consta se referir a remessa de mercadoria ou bem para exposição ou feira sem Nota Fiscal do retorno ao estabelecimento de origem, dentro do prazo de 60 dias contados da data da saída, ficando encerrada a fase de suspensão, conforme art. 605 do RICMS-BA. Papel de trabalho Anexos saídas – planilha Exposição;

8. Deixou de recolher, nos prazos regulamentares, ICMS referente as operações não escrituradas nos livros fiscais próprios, nos meses de janeiro a maio, julho e agosto de 2003, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 86.030,51, acrescido da multa de 60%. Consta que o cont ICMS decorrente da falta de emissão de notas fiscais de saída para co

utilizadas na assistência técnica terceirizada, conforme Notas Fiscais de Entradas constantes no papel de trabalho Anexos saídas – planilha Falta NF_Peças Picolli;

9. Deixou de recolher ICMS nas saídas decorrentes de desincorporação de bens do Ativo Imobilizado do estabelecimento, nos meses de janeiro a maio, julho a setembro e dezembro de 2003, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 24.960,48, acrescido da multa de 60%. Consta se tratar de falta de destaque do ICMS nas NFST referente às operações de vendas de ativo permanente – papel de trabalho Anexos saídas – planilha Vendas ativo sem ICMS. O contribuinte não comprovou que a saída destes foram objeto de uso, no próprio estabelecimento, por mais de um ano, antes da desincorporação.

O autuado, através de advogados legalmente constituídos, apresentou peça impugnatória ao lançamento de ofício, às fls. 18 a 37, esclarecendo que se trata de pessoa jurídica regularmente constituída, cuja atividade principal é a prestação de serviços de telecomunicações, conforme o seu Estatuto Social, sendo contribuinte dentre outros tributos do ICMS.

Afirma que no desempenho de suas atividades prima por sua regularidade fiscal, inclusive, por ser algo imprescindível à manutenção de sua própria subsistência, uma vez que na qualidade de concessionária de serviços públicos – prestação de serviços de telecomunicações - necessita estar sempre em situação regular com o Fisco para poder contratar com a Administração Pública.

Registra a sua surpresa com a lavratura do Auto de Infração, contudo, diz que demonstrará que este não pode ser mantido, conforme passa a expor.

Argúi a decadência do direito de lançamento, sustentando que este engloba diversos fatos geradores que teriam ocorrido nos meses de janeiro a dezembro de 2003, sendo que, somente foi notificado do lançamento em 09.10.2008, restando inequívoco ter-se operado a decadência do direito de lançar todos os valores anteriores a outubro de 2003, por já se encontrar extinto o direito da Fiscalização em exigir grande parte dos créditos tributários lançados uma vez que decorridos mais de 05 (cinco) anos dos respectivos fatos geradores. Invoca nesse sentido lições de Ricardo Lobo Torres e Hugo de Brito Machado, reproduzindo trechos do texto.

Assevera que o Fisco dispõe do prazo decadencial de 05 (cinco) anos para constituir o seu crédito tributário, ou seja, para efetuar ou homologar lançamento e o prazo prescricional de 05 (cinco) anos para cobrá-lo.

Observa que o termo inicial do prazo decadencial de 05 (cinco) anos difere conforme o tributo seja objeto de lançamento por homologação ou de lançamento de ofício, sendo poucos os tributos calculados e lançados pelo Fisco através de guias próprias, a exemplo do imposto de transmissão, IPTU e imposto territorial rural. Quanto aos demais impostos, a iniciativa é sempre do contribuinte, inclusive o ICMS, o imposto de renda e o IPI, sujeitos ao denominado auto lançamento.

Evoca e transcreve os arts. 150, § 4º e 173 do Código Tributário Nacional (CTN) que regulam, respectivamente, a decadência quanto aos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, e os tributos sujeitos a lançamento por iniciativa do Fisco. Acrescenta que o prazo de prescrição está regulado no art. 174 do CTN, que também reproduz.

Aduz que os prazos de decadência e prescrição são sucessivos, sendo que a decadência atinge o crédito e a prescrição a ação de cobrança do crédito antes constituído, entrando-se tal entendimento pacificado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça no Acórdão unânime, de sua 1ª Seção, nos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 276.142/SP (DJ de 28.02.2005), de que foi Relator o Eminentíssimo Ministro Luiz Fux, cujo teor do voto reproduz parcialmente.

Frisa que a orientação jurisprudencial coincide com o posicionamento doutrinário prevalecente, conforme se vê da lição de Alberto Xavier, que transcreve.

Reitera que expirado o prazo de 05 (cinco) anos a partir da ocorrência autoridade administrativa se tenha pronunciado, como ocorreu no definitivamente extintos os eventuais créditos tributários que poderiam

sido constituídos ou lançados pela autoridade administrativa. Registra que nesse sentido, manifestou-se, por diversas vezes, o Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, reproduzindo ementa referente ao Recurso 128.267; Sétima Câmara, para ilustrar os seus argumentos.

Consigna que resta evidente ter ocorrido a decadência do direito de o Fisco constituir os créditos de ICMS, relativamente aos supostos fatos geradores ocorridos no período constante dos lançamentos efetuados entre janeiro a setembro de 2003, estando os mesmos extintos definitivamente, em conformidade com o artigo 156, inciso V, do CTN, motivo pelo qual deve o presente lançamento ser cancelado.

Prosseguindo, argúi a nulidade da autuação, sob o argumento de que inexistente relação entre o enquadramento legal e a descrição das infrações, invocando e reproduzindo os arts. 18 e 19 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal –RPAF/99, aprovado pelo Decreto n. 7.629/99.

Alega que da análise dos dispositivos referidos acima, um dos requisitos para que o lançamento não seja atingido por vício insanável e, conseqüentemente, pela nulidade é que haja precisão da infração cometida, a qual pode ser aferida ante uma clara e precisa descrição dos fatos e dispositivos infringidos.

Diz que notoriamente, não foi o ocorrido no caso do presente lançamento, pois muito embora a Fiscalização em diversas das infrações constantes do Auto de Infração tenha descrito uma situação suposta infringida, acabou por elencar dispositivos os quais não se relacionam com a situação descrita, tornando insuperável a falha da autuação.

Observa que se é verdade que o artigo 19 do RPAF/99, determina que o erro na indicação do enquadramento legal não enseja nulidade, é verdade também que fica impossível ao impugnante saber de fato o que foi infringido: se o fato descrito ou as situações que se originariam dos dispositivos legais mencionados.

Afirma ser inequívoco que tal divergência lhe impossibilita saber o que efetivamente teria sido violado. Cita como exemplo, o que acontece com a infração 01, onde há a indicação de que teria recolhido a menos o ICMS relativo aos serviços de telecomunicação prestados mediante ficha, cartão ou assemelhados devido a erro na determinação da base de cálculo, contudo, nenhum dos dispositivos legais elencados no “Enquadramento” trata dessa infração.

Salienta que a Fiscalização busca elencar praticamente todos os dispositivos pertinentes à tributação das telecomunicações, de modo que em um deles acabe por lhe enquadrar. Cita e transcreve nesse sentido lição de Celso Antônio Bandeira de Mello e Aurélio Pitanga Seixas Filho.

Diz ser impossível saber, com base no Auto de Infração qual é a infração efetivamente incorrida, o que fulmina o lançamento com vício insanável, tornando inviável a defesa, motivo pelo qual não pode subsistir a exigência fiscal em discussão.

Continuando, alega que se não bastasse o vício acima mencionado, existe outro que contamina a presente autuação, no caso, a notória inconsistência dos valores apurados pela Fiscalização, a exemplo do que ocorre com as infrações 02 e 03, em que há verdadeiro erro na base de cálculo apurada pelo Fisco, o que enseja a nulidade do Auto de Infração, tendo em vista que nos termos do § 1º do art. 18 do RPAF/99, somente as incorreções e omissões formais são passíveis de correção.

Alega que a Fiscalização ao lançar os valores exigidos na infração 03 errou na apuração da base, efetivamente, sujeita à incidência do ICMS, tendo em vista que discrimina a base de cálculo do ICMS no valor de R\$ 227.927,41, contudo, conforme Planilha Resumo de todos os retornos de mercadorias remetidas em consignação para o período de apuração de 12/2003 (doc 04) elaborada pela Coordenadoria Fiscal da própria empresa, a qual discrimina as mercadorias devolvidas com valores superiores ao do momento da remessa em com que os valores indicados pelo Fisco não prosperam.

Frisa que simplesmente demonstra que a Fiscalização desconsiderou a escrita que lhe foi fornecida e não atentou devidamente para os detalhes da operação remessa em consignação X retorno de remessa em consignação.

Consigna que se realmente houve meses em que a devolução das mercadorias que anteriormente foram disponibilizadas aos fornecedores ocorreu em valor superior ao do momento da remessa em consignação, é certo também que o valor não é o arbitrado pelo Fisco, pois a discriminação que trouxe aos autos demonstra ser incontestável a nulidade da autuação, por vício material insanável, devendo ser de pronto determinada a anulação do lançamento.

Rechaça a infração 04, sustentando a inexistência de irregularidade no tocante à devolução de mercadorias efetivamente vendidas, o que implicou na glosa dos créditos utilizados quando do retorno de mercadorias vendidas.

Alega que o entendimento apresentado pelo Fisco mostra-se equivocado, pois, diversamente da infração 03, tratou-se efetivamente de devolução de venda de mercadoria em consignação, conforme documento 05.

Observa que a glosa do creditamento pelo Fisco baiano ocorreu por ter ele entendido que se tratava de devolução de mercadorias remetidas em consignação, contudo, afirma que a situação é outra, pois, na verdade, os retornos apontados pelo Fisco correspondiam à devolução de mercadorias efetivamente vendidas pelos fornecedores, mas que, por algum motivo, decorrente de defeito, por exemplo, foram devolvidas pelos clientes/usuários/compradores.

Diz que dessa forma, o crédito do imposto informado na escrita fiscal quando da devolução da venda da mercadoria em consignação corresponde exatamente ao valor debitado informado na operação de venda de mercadoria em consignação, sendo, pois, completamente equivocada a exigência exarada pelo Fisco.

Assevera que a relação é venda de mercadoria em consignação X devolução de venda de mercadoria em consignação, não havendo qualquer erro no creditamento realizado, haja vista que não se tratava da relação remessa de mercadorias em consignação X devolução de mercadorias em consignação.

Sustenta que é mais um dos erros que fulminam o presente lançamento, motivo pelo qual pugna pela improcedência da autuação.

Continuando, reitera que a autuação é nula de pleno de direito, o que enseja de plano a anulação do lançamento em tela, porém, consigna que se este não for o entendimento, o que se cogita apenas para fins de debate, requer a realização de perícia fiscal, nos termos do art. 145 e seguintes, do RPAF/99, a fim de verificar o exato montante que pode ser determinado como devido a título de ICMS, uma vez que os cálculos realizados pela Fiscalização mostram-se verdadeiramente equivocados e incompletos.

Indica como assistente técnico, o senhor Ney Guimarães Monteiro Junior, inscrito no CPF: 013.219.057-50 e CRC: 073.087-0/3 RJ, com endereço profissional à Avenida das Américas nº 3.434, bloco 6, 3º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, CEP: 22640-102:

Apresenta os seguintes quesitos:

“1) Do confronto das informações existentes na escrita contábil e fiscal da Impugnante, é possível afirmar que – após revisão – as bases de cálculo apuradas pela d. Fiscalização procedem?

2) Em relação à infração 02, a Fiscalização apurou base de cálculo de R\$ 33.180,16, enquanto a Impugnante – após novas verificações – e ainda que superadas as nulidades da autuação, chegou à base de R\$ 30.690,20. Assiste razão à Impugnante?

3) Em relação à infração 03, a Impugnante junta Planilha e demonstra que superadas as nulidades – é de R\$ 13.492,82 e não R\$ 227.927,41 coi
Assiste razão à Impugnante?

4) Em relação à infração 04, a situação fática diz respeito à devolução de venda de mercadorias em consignação ou apenas devolução de mercadorias em consignação?

5) Em se tratando de devolução de venda de mercadorias em consignação, o valor creditado está igual ao debitado quando da efetiva venda das mercadorias em consignação?”

Finaliza a sua peça defensiva, requerendo que sejam acolhidas as preliminares de decadência e nulidade, e, no mérito, na eventualidade de não serem acolhidas as referidas preliminares, seja provida a impugnação, a fim de desconstituir o presente lançamento por sua notória insubsistência.

Os autuantes prestaram informação fiscal às fls. 66 a 73, na qual contestam a decadência argüida pelo impugnante, afirmando que o prazo de cinco anos contado da ocorrência do fato gerador para que a Fazenda Pública constitua o crédito tributário, previsto no § 4º do art. 150 do CTN, somente é aplicável se a lei não fixar prazo a homologação, não sendo este o caso do Estado da Bahia que estipula o prazo de homologação, conforme o art. 28, §1º da Lei n. 3956/81-COTEB, no caso, após cinco anos contados a partir de 01 de janeiro do ano seguinte ao da efetivação do lançamento pelo contribuinte.

Afirmam que descabe a exclusão dos valores referentes aos fatos geradores ocorridos de janeiro a setembro de 2003, conforme pretendido pelo impugnante, haja vista que o direito de constituição do crédito tributário tem amparo no COTEB, conforme determinação do CTN.

No que concerne à nulidade argüida pelo autuado, em decorrência da falta de relação entre o enquadramento legal e a descrição das supostas infrações, asseveram que o Auto de Infração foi lavrado observando-se as disposições do art. 39 do RPAF/99, com a descrição dos fatos considerados infrações de forma clara, precisa e sucinta, acompanhados dos demonstrativos e dos levantamentos que elaboraram.

Citam como exemplo a infração 01, onde foram esclarecidos os artigos infringidos com mais clareza no que quadro que descreve a infração, não criando qualquer dificuldade para a defesa, conforme alegado pelo impugnante.

Reportando-se à inconsistência dos valores apurados no levantamento, conforme alegado pelo impugnante, dizem que, como pode ser verificado nas planilhas gravadas em CD anexado ao PAF à fl. 11, houve um equívoco em algumas fórmulas que não justificam nulidade do Auto de Infração, pois em conformidade com o art. 18 do RPAF/99, as eventuais incorreções devem ser corrigidas e suprimidas.

Admitem que, relativamente à infração 02 – Planilha Vendas sem ICMS, constante do arquivo Anexos saídas – houve efetivamente erro na soma da base de cálculo passando de R\$ 33.180,20 para R\$ 30.690,20, implicando na redução do valor do débito de R\$ 3.981,62 para R\$ 3.682,82, conforme apurado pelo impugnante.

Quanto à infração 03, dizem que ocorreu um erro na fórmula da coluna $K = (G - C) \times D$, a partir da linha 40, que apura a base de cálculo. Explicam que na Coluna K, G= Preço unitário de vendas; C= Preço unitário de remessa; D= quantidade vendida.

Esclarecem que na multiplicação da diferença de preço pela quantidade, tomou-se a quantidade do produto situada a duas linhas abaixo, provocando distorções na apuração da base de cálculo, porém, o contribuinte já corrigiu as incorreções da planilha demonstrando novo cálculo, conforme acostado aos autos às fls. 51 a 54. Dizem que esta infração passa de R\$ 38.747,66 para R\$ 13.492,82.

No respeitante à infração 04, sustentam que não procede a alegação defensiva, tendo em vista que, no caso, está se tratando da relação entre o consignante que é a TIM NORDESTE e os consignatários, Barra Telefones Ltda., Promove Telecomunicações Ltda., Promove Telecomunicações do Norte Ltda., Sontel Telecomunicações Ltda., Picolli Serv. Com. e Repr. de S...

Dizem que foi verificado na saída efetiva da mercadoria a título de cc TIM NORDESTE emite nota fiscal com destaque do imposto e po

consignante emite a nota fiscal de venda, sem destaque do imposto. Acrescentam que nas devoluções ou retornos de mercadorias remetidas em consignação os consignatários devem emitir a nota fiscal com o valor do ICMS debitado pela ocasião da remessa em consignação, sendo que em alguns casos o destaque do ICMS foi superior ao anteriormente cobrado quando da remessa, razão de estarem exigindo o estorno de crédito.

Afirmam que independentemente da denominação – devolução ou retorno – ou CFOP que o autuado utiliza para escriturar em seus livros fiscais, tais notas fiscais emitidas pelos consignatários, em nada altera a realidade da operação e da relação entre ela e o consignatário que se discute no presente Auto de Infração.

Com relação ao pedido de perícia, contestam a sua realização, por restar comprovado pelo próprio impugnante que as questões 1, 2 e 3 não se trata de revisão fiscal ou contábil, mas de revisão dos cálculos constantes nas planilhas que elaboraram e ficou sanado quando o próprio contribuinte anexa nova planilha aos autos e os equívocos são reconhecidos pelos autuantes.

No que tange aos quesitos 4 e 5, dizem que já foram respondidos na informação fiscal.

Concluem mantendo a autuação, porém, com a redução do valor histórico exigido de R\$ 623.682,05 para R\$ 598.128,40.

A 1ª JF, considerando que o autuado não fora cientificado da informação fiscal, após discussão em pauta suplementar, converteu o processo em diligência (fl. 76), a fim de que a IFEP/SERVIÇOS intimasse o contribuinte, entregando-lhe no ato, mediante recibo específico, cópia da informação fiscal.

Intimado o contribuinte para ciência da informação fiscal este se manifestou às fls. 82 a 89, reiterando os termos da defesa inicial com relação à decadência e acrescenta que o entendimento dos autuantes de que não se operou a decadência, com fulcro no art. 150, § 4º, do CTN, pois existiria lei estadual dispondo sobre o prazo decadencial e este não seria o mesmo do art. 150, § 4º, do CTN é inaceitável, pelo fato de nos exatos termos do art. 146, III, b, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, somente lei complementar pode instituir normas gerais em matéria tributária, principalmente aquelas que tratam de lançamento, prescrição e decadência.

Sustenta que, nesse sentido, quem faz às vezes de Lei Complementar em matéria tributária é o Código Tributário Nacional que, embora editado como lei ordinária, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, como lei complementar. Diz ser óbvio que a expressão “se a lei não fixar prazo a homologação” não pode significar o estabelecimento de prazos maiores do que o previsto no art. 150, § 4º, do CTN, sob pena de notório malferimento às regras constitucionais.

Destaca que o próprio E. Supremo Tribunal Federal em recentes decisões, RE 556.664, RE 559.882 e Súmula Vinculante n.º 08, posicionou-se pela impossibilidade e, conseqüente, inconstitucionalidade das regras previstas nos arts. 45 e 46, da Lei n.º 8.212/91, os quais previam prazo decadencial e prescricional para o lançamento e cobrança dos créditos decorrentes de contribuições previdenciárias superior aos prazos estabelecidos no CTN, sendo inequívoco a aplicação do art. 150, § 4º, do CTN, ao caso em concreto, tendo se operado a decadência em relação ao crédito tributário referente ao período de apuração compreendido entre janeiro e setembro de 2003.

Quanto à nulidade contestada pelos autuantes, afirma que o art. 18, § 1º, da Lei n.º 7.629/99 é claro ao determinar que somente os erros formais podem ser sanados, o que não parece ser a situação em exame, onde demonstrou categoricamente vícios nos valores lançados pelo Fisco. Salienta ainda que a própria Fiscalização reconhece o erro contido em algumas fórmulas somatórias das bases de cálculo e informações da apuração da base, sendo impraticável que vícios de tal monta ocorram em um lançamento, passando tais situações de meros erros formais.

Prosseguindo, diz que apesar de reduzir o montante da autuação em R\$ 623.682,05 para R\$ 598.128,41, por ter sido constatado o real equívoco devido, no que tange à devolução de mercadorias efetivamente vendidas.

terceiro adquirente e não o consignatário, manteve-se o equivocado entendimento de tratar-se de operação de devolução de venda a consignatário e não devolução de venda a terceiro, o que se ressalta são operações distintas, conforme doc. 05.

Frisa que a glosa do creditamento pelo Fisco baiano ocorreu por ter ele entendido que se tratava de devolução de mercadorias remetidas em consignação. Porém, a situação é outra. Na verdade, os retornos apontados pelo Fisco correspondiam à devolução de mercadorias efetivamente vendidas pelos fornecedores, mas que, por algum motivo (defeito, por exemplo), foram devolvidas pelos clientes/usuários/compradores.

Sustenta que dessa forma, o crédito do imposto informado na escrita fiscal quando da devolução da venda da mercadoria em consignação corresponde exatamente ao valor debitado informado na operação de venda de mercadoria em consignação, sendo, pois, completamente equivocada a exigência exarada pelo Fisco.

Reitera que a relação é de venda de mercadoria em consignação X devolução de venda de mercadoria em consignação, não havendo qualquer erro no creditamento realizado. Insiste em afirmar que não se tratava da relação remessa de mercadorias em consignação X devolução de mercadorias em consignação, como faz crer a Fiscalização, sendo, portanto, mais um dos erros que fulminam o presente lançamento, motivo pelo qual pugna pela improcedência da autuação.

Finaliza requerendo que sejam acolhidas as preliminares de decadência e nulidade, e, no mérito, na eventualidade de não serem acolhidas as referidas preliminares, seja provida a defesa, a fim de desconstituir o presente lançamento por sua notória insubsistência.

A 1ª JF, considerando a alegação defensiva referente à infração 04 de que a relação existente é de venda de mercadoria em consignação x devolução de venda de mercadoria em consignação e não de remessa de mercadoria em consignação x devolução de mercadorias em consignação, após análise e discussão em pauta suplementar, converteu o processo em diligência (fls. 94/95), no intuito de que fosse designado Auditor Fiscal pela ASTEC/CONSEF, para verificar e informar se ou autuado, na realização de consignação mercantil observara os procedimentos previstos no artigo 409 do RICMS/BA, ou se adotara outro procedimento.

Foi solicitado ainda, que se verificasse mediante confronto das notas fiscais de remessa em consignação com as notas fiscais de devolução objeto da autuação se, efetivamente, houve a prática de preços superiores quando da devolução das mercadorias remetidas em consignação, conforme a autuação, elaborando, se fosse o caso, novo demonstrativo, contendo apenas as notas fiscais cujas devoluções implicaram em creditamento indevido pela prática de preços superiores à remessa.

Consta à fl. 97, encaminhamento pela ASTEC/CONSEF para a Presidente do CONSEF, para que esta determine o cumprimento da diligência por Auditor Fiscal estranho ao feito pela Inspetoria Fazendária, o que foi feito, conforme despacho.

À fl. 98 dos autos, o Auditor Fiscal estranho ao feito designado pela IFEP/SERVIÇOS, esclareceu que recebeu o PAF em 04/03/2010 e intimou o autuado para esclarecimentos e apresentação de documentação fiscal, conforme intimação, confirmação de leitura e entrega da intimação, via correio eletrônico, pelo servidor, todos anexados aos autos às fls. 99 a 104.

Consignou, ainda, que transcorridos trinta dias o contribuinte não atendeu a intimação, motivo pelo qual retornou o PAF a ASTEC/CONSEF, para providências, conforme determina o art. 4º, inciso VI, alínea “a” do Regimento Interno da SEFAZ/BA, cujo teor reproduz.

VOTO

A princípio, cabe-me apreciar as preliminares argüidas pelo impugnante referentes à ocorrência de decadência do direito da Fazenda Pública estadual de constituir o (meses de janeiro a setembro de 2003, assim como de nulidade d argumento de inexistência de relação entre o enquadramento legal

invocando nesse sentido os arts. 18 e 19 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal - RPAF/99.

No que concerne a argüição defensiva de ocorrência da decadência, constato que esta não ocorreu, haja vista que as disposições do artigo 173, I, do CTN, que são as mesmas previstas no art. 107-A, I, do Código Tributário do Estado da Bahia (Lei 3.956/81) e no art. 965, inciso I, do RICMS/97, prevêm que o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

No caso em exame, o prazo para contagem iniciou-se em 01/01/2004, com termo final em 31/12/2008, para os fatos geradores ocorridos no exercício de 2003. Como a ação fiscal se iniciou através do Termo de Início de Fiscalização em 23/07/2008, e o lançamento ocorreu em 30/09/2008, não há que se falar em decadência do direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário.

Vale consignar que esse tem sido o entendimento deste CONSEF em reiteradas decisões, a exemplo dos Acórdãos CJP 0102/12-05, 0113/12-05 e 0192-11-05 e, mais recentemente, o Acórdão CJP 0144-11/09, cujo trecho do voto proferido pela ilustre Conselheira Sandra Urânia Silva Andrade reproduzo abaixo, a título ilustrativo:

“VOTO

Inicialmente no que toca à preliminar de mérito de ocorrência de decadência quanto ao período de janeiro a novembro de 2002, entendemos, comungando com a JF, que não se vislumbra a decadência arguida pelo sujeito passivo, diante da regra disposta no inciso I do art. 173 do Código Tributário Nacional – CTN, cujo prazo inicial para contagem da decadência é o primeiro dia do exercício seguinte ao da ocorrência do fato gerador, determinação esta repetida no art. 107-B do Código Tributário Estadual – COTEB – Lei nº 3.956/81, abaixo transcrito, *in verbis*:

“Art. 107-B

§ 5º - Considera-se ocorrida a homologação tácita do lançamento e definitivamente extinto o crédito, após 5 (cinco) anos, contados a partir de 01 de janeiro do ano seguinte ao da ocorrência do fato gerador, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.” Grifos nossos

Do exposto, como o Auto de Infração foi lavrado em 17/12/2007, e se reporta a fatos geradores ocorridos no exercício de 2002, tinha a Fazenda Pública prazo até 01/01/2008 para efetuar o referido lançamento. Quanto à menção por parte do recorrente da Súmula Vinculante nº 08 do STF - aprovada na sessão plenária de 12/06/2008, e publicada no DO de 20/06/2008 – a mesma declara a inconstitucionalidade de legislação federal que disciplina a decadência e a prescrição do crédito tributário vinculado às contribuições previdenciárias, explicitando o entendimento de que deverá ser aplicado o prazo quinquenal previsto no CTN e reconhecendo que apenas lei complementar pode dispor sobre normas gerais em matéria tributária. Eis o texto da referida Súmula: “São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.”

Entendemos data *venia*, que a referida Súmula não se aplica ao ICMS e, em reforço a esta tese, os próprios doutrinadores que estão a se debruçar sobre a matéria cingem sua aplicabilidade à esfera da Administração Pública Federal, a qual compete gerir as contribuições previdenciárias. Ressaltamos, no entanto, e aí comungando com o último Parecer proferido pela PGE/PROFIS, que a questão deverá ser aprofundada no âmbito da Administração Tributária Estadual, mormente diante da posição externada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN – que através do Parecer nº 1617/2008, proferido após a edição da Súmula Vinculante nº 08 e em vista desta, expressamente adotou entendimento quanto à fixação do termo *a quo* do prazo decadencial que comunga com o externado pelo recorrente, além de entendimento em sentido idêntico também adotado pela Procuradoria Estadual do Rio de Janeiro, através do Parecer CFS nº 02/2008, embora deva ser também ressaltado que ambos não vinculam a Administração Estadual baiana ou o Conselho de Fazenda Estadual, mormente diante da disposição expressa da nossa legislação, acima citada.”

Diante do exposto, não acolho a argüição de decadência.

No respeitante à argüição de nulidade, vejo também não assistir razão ao impugnante, haja vista que a descrição dos fatos de cada infração, independentemente do enquadramento, afasta qualquer possibilidade de dúvidas sobre as irregularidades apontadas no Auto de Infração, permitindo o exercício do direito de ampla defesa e do contraditório do contribuinte.

Quanto à argüição de nulidade por inconsistência dos valores apurados pela Fiscalização, a exemplo do que ocorre com as infrações 02 e 03, em que há erro na base de cálculo apurada pelo Fisco, certamente não pode prosperar a argumentação defensiva, haja vista que a mesma pode sim ser objeto de correção desde que preservado o direito do contribuinte ao contraditório.

Ora, no presente caso, o próprio impugnante apontou os erros existentes, inclusive, apresentando planilhas com os valores corretos para as infrações 02 e 03, fato acatado pelos próprios autuantes na informação fiscal que, inclusive, reduziram o valor do débito na forma apontada pelo impugnante. Diante do exposto, não acolho as preliminares de nulidades, pois não vislumbro a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 18, incisos I a IV do RPAF/99.

No que concerne à perícia requerida, entendo como desnecessária a sua realização, haja vista que a prova dos fatos não depende de conhecimento técnico especializado - condição indispensável para realização de perícia-, sendo que os elementos existentes no processo que confirmaram as alegações objetivas de inconsistências e equívocos comprovados pelo sujeito passivo foram acatadas pelos próprios autuantes quando da informação fiscal. Indefiro, portanto, o pedido de realização de perícia, com fulcro no art. 147, II, "b" do RPAF/99.

No mérito, verifico que relativamente às infrações 01, 05, 06, 07, 08 e 09, o impugnante não apresentou qualquer questionamento sobre os valores apontados no Auto de Infração. Na realidade, limitou-se a argüir a decadência do direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário no período alcançado por estas infrações, argüição esta não acolhida, conforme acima. Observo que as referidas infrações foram apuradas em conformidade com a legislação vigente e os roteiros de fiscalização aplicáveis a espécie. Mantidas as referidas infrações.

No que concerne à infração 02, constato que o autuado elide parcialmente a autuação ao apresentar elementos de provas que apontam os equívocos incorridos pelos autuantes na apuração da base de cálculo, conforme planilha que elaborou. Relevante consignar que os próprios autuantes acatam os argumentos defensivos e admitem que na Planilha Vendas sem ICMS, houve erro na soma da base de cálculo passando de R\$ 33.180,20 para R\$ 30.690,20, implicando na redução do valor do débito de R\$ 3.981,62 para R\$ 3.682,82, conforme apurado pelo impugnante. Infração parcialmente subsistente.

Quanto à infração 03, verifico que também assiste razão ao impugnante no que diz respeito à existência de erro na base de cálculo apurada na autuação no valor de R\$ 227.927,41, conforme planilha que apresenta às fls. 51 a 54. Porém, vejo que a base de cálculo apurada na própria planilha que elaborou não é de R\$ 13.492,82, conforme consta no quesito 3 da perícia solicitada. Na realidade, a base de cálculo tem o valor de R\$ 79.369,53 com ICMS no valor de R\$ 13.492,82.

Relevante consignar que também nesta infração os próprios autuantes admitem que um erro na fórmula da coluna K $= (G-C) \times D$, a partir da linha 40, decorrente da multiplicação da diferença de preço pela quantidade, pois tomaram a quantidade do produto situada duas linhas abaixo, provocou distorções na apuração da base de cálculo e acatam as correções feitas pelo impugnante conforme a planilha que demonstra novo cálculo, passando esta infração de R\$ 38.747,66 para R\$ 13.492,82. Infração parcialmente subsistente.

Com relação à infração 04, vejo que o impugnante alega que os autuantes incorreram em equívoco, pois não consideraram que a relação existente é de venda de mercadoria em consignação x devolução de venda de mercadoria em consignação e não de remessa de mercadoria em consignação x devolução de mercadorias em consignação.

Já os autuantes sustentam que não procede a alegação defensiva, tendo em vista que, no caso, está se tratando da relação entre o consignante que é a TIM NORDESTE e os consignatários.

Dizem que foi verificado na saída efetiva da mercadoria a título de consignação, que o consignante TIM NORDESTE emite nota fiscal com destaque do imposto e por ocasião do faturamento, o consignante emite a nota fiscal de venda, sem destaque do imposto. Acrescentam que nas devoluções ou retornos de mercadorias remetidas em consignação os consignatários devem emitir a nota fiscal com o valor do ICMS debitado pela ocasião da remessa e em alguns casos o destaque do ICMS foi superior ao anteriormente cobrado, estando exigindo o estorno de crédito.

A análise da acusação fiscal, assim como dos argumentos defensivos e da contestação dos autuantes, permite constatar a existência de equívocos incorridos pelo autuado, quando da realização de operações referentes à consignação mercantil.

Isso porque, conforme lição de Amílcar de Araújo Falcão, *“Entende-se por consignação mercantil o contrato pelo qual uma pessoa- consignador ou consignante, entrega a outra - consignatário, mercadorias, a fim de que esta última as venda por conta própria e em seu próprio nome, prestando o consignatário ao consignante o preço entre ambos ajustado para a operação, qualquer que seja o valor alcançado pela venda feita a terceiros.”*

Também Pontes de Miranda preleciona: *“Na consignação, o comerciante remete a outro a mercadoria, com a menção do preço (por um dos modos por que pode ser determinado), e declara que o consignatário pode adquiri-la por aquele preço, dentro de certo prazo, ou sem prazo (até que o consignante revogue a declaração, à semelhança do que se passa com o mandato). Entende-se que a venda pelo consignatário implica aquisição pelo preço estipulado.”*

Conforme se verifica das lições acima reproduzidas, na consignação mercantil ocorrem duas operações de venda, quando a operação se completa. Ou seja, no momento em que o consignatário vende a mercadoria a terceiro, simultaneamente ele a compra ao consignante.

Observo que o regramento existente no RICMS/BA, precisamente, no seu art. 409, caminha nessa direção, conforme reprodução abaixo:

“Art. 409. Na realização de operação de consignação mercantil, observar-se-ão os procedimentos previstos neste artigo (Ajuste SINIEF 2/93).

§ 1º Na saída de mercadoria a título de consignação mercantil:

I - o consignante emitirá Nota Fiscal contendo, além dos demais requisitos exigidos:

a) a natureza da operação: "Remessa em consignação";

b) o destaque do ICMS e do IPI, quando devidos;

II - o consignatário lançará a Nota Fiscal no Registro de Entradas, creditando-se do valor do imposto, quando permitido.

§ 2º Havendo reajustamento do preço contratado por ocasião da remessa em consignação mercantil:

I - o consignante emitirá Nota Fiscal complementar, contendo, além dos demais requisitos exigidos:

a) a natureza da operação: "Reajustamento de preço de mercadoria em consignação";

b) a base de cálculo: o valor do reajustamento;

c) o destaque do ICMS e do IPI, quando devidos;

d) a expressão: "Reajustamento de preço de mercadoria em consignação - Nota Fiscal nº, de/...../.....";

II - o consignatário lançará a Nota Fiscal no Registro de Entradas, creditando-se do valor do imposto, quando permitido.

§ 3º Na venda da mercadoria remetida a título de consignação mercantil:

I - o consignatário deverá:

a) emitir Nota Fiscal contendo, além dos demais requisitos exigidos, como natureza da operação, a expressão: "Venda de mercadoria recebida em consignação";

b) registrar a Nota Fiscal de que trata o inciso seguinte no Registro de Entradas, nas colunas próprias, com CFOP específico;

II - o consignante emitirá Nota Fiscal, sem destaque do ICMS e do IPI, contendo, além dos demais requisitos exigidos:

a) a natureza da operação: "Venda;"

b) o valor da operação: o valor correspondente ao preço da mercadoria efetivamente vendida, nele incluído, quando for o caso, o valor relativo ao reajustamento do preço;

c) a expressão: "Simples faturamento de mercadoria em consignação

...../...../....." e, se for o caso "- reajustamento de preço - Nota Fiscal nº

III - o consignante lançará a Nota Fiscal a que se refere o inciso anterior no Registro de Saídas, nas colunas próprias, com CFOP específico;

§ 4º Na devolução de mercadoria remetida em consignação mercantil:

I - o consignatário emitirá Nota Fiscal contendo, além dos demais requisitos exigidos:

a) a natureza da operação: "Devolução de mercadoria recebida em consignação";

b) a base de cálculo: o valor da mercadoria efetivamente devolvida, sobre o qual foi pago o imposto;

c) o destaque do ICMS e a indicação do IPI nos valores debitados por ocasião da remessa em consignação;

d) a expressão: "Devolução (parcial ou total, conforme o caso) de mercadoria em consignação - Nota Fiscal nº, de/...../.....";

II - o consignante lançará a Nota Fiscal no Registro de Entradas, creditando-se do valor do imposto.

§ 5º As disposições contidas neste artigo não se aplicam às operações sujeitas ao diferimento ou ao regime de substituição tributária por antecipação, exceto nas operações internas em que a fase de tributação já tenha sido encerrada."

Como se verifica, tanto na definição doutrinária quanto na disposição regulamentar acima transcrita, em nenhum momento existe relação direta entre o consignante e o adquirente – destinatário final – da mercadoria. Verdadeiramente, a relação na consignação mercantil existe entre o consignante e o consignatário.

Ocorre que o impugnante alega que a glosa do creditamento pelo Fisco ocorreu por entender que se tratava de devolução de mercadorias remetidas em consignação, contudo, a situação é outra. Ou seja, argumenta que os retornos apontados pelo Fisco correspondiam à devolução de mercadorias efetivamente vendidas pelos fornecedores, mas que, por algum motivo, a exemplo de defeito, foram devolvidas pelos clientes/usuários/compradores.

Sustenta que dessa forma, o crédito do imposto informado na escrita fiscal quando da devolução da venda da mercadoria em consignação corresponde exatamente ao valor debitado informado na operação de venda de mercadoria em consignação, sendo, pois, completamente equivocada a exigência exarada pelo Fisco.

Ora, tratando-se de consignação mercantil, o desfazimento da venda realizada pelo consignatário para o comprador final, em nada deve repercutir no consignante, haja vista que caberá ao consignatário realizar os procedimentos atinentes à devolução da mercadoria vendida ao comprador. Ou seja, deverá o consignatário dar entrada da mercadoria através da nota fiscal de devolução/retorno emitida pelo comprador – caso se trate de contribuinte do ICMS –, ou emitir nota fiscal de entrada – sendo o comprador não contribuinte do ICMS –, lançando no livro Registro de Entradas como crédito fiscal o mesmo valor do imposto destacado na nota fiscal de venda que emitiu, anulando assim a operação de venda e, consequentemente, o débito do imposto pela saída.

Caso a mercadoria objeto do desfazimento da venda pelo comprador final, conforme exemplificado acima, tenha que ser devolvida pelo consignatário para o consignante, deverá o consignatário observar o que determina o § 4º do art. 409 do RICMS/BA, novamente reproduzido abaixo, para melhor compreensão dos procedimentos.

"§ 4º Na devolução de mercadoria remetida em consignação mercantil:

I - o consignatário emitirá Nota Fiscal contendo, além dos demais requisitos exigidos:

a) a natureza da operação: "Devolução de mercadoria recebida em consignação";

b) a base de cálculo: o valor da mercadoria efetivamente devolvida, sobre o qual foi pago o imposto;

c) o destaque do ICMS e a indicação do IPI nos valores debitados por ocasião da remessa em consignação;

d) a expressão: "Devolução (parcial ou total, conforme o caso) de mercadoria em consignação - Nota Fiscal nº, de/...../.....";

II - o consignante lançará a Nota Fiscal no Registro de Entradas, creditando-se do valor do imposto”.

Portanto, tratando-se efetivamente de consignação mercantil, o valor do imposto destacado na nota fiscal de devolução emitida pelo consignatário deve guardar total correspondência com o valor anteriormente destacado na nota fiscal emitida pelo consignante por ocasião da remessa em consignação, não podendo ser superior, por resultar em creditamento indevido.

Devo registrar que no intuito de identificar o procedimento adotado pelo autuado, houve a conversão do processo em diligência, a fim de que fosse verificado por Auditor Fiscal estranho ao feito, se o autuado procedera na forma do art. 406 do RICMS/BA, ou destacara o imposto na venda de mercadoria em consignação, o que teria implicado no creditamento com base na devolução de venda de mercadoria em consignação.

Ocorre que, apesar de o diligente ter registrado a impossibilidade de atendimento da diligência, pelas razões apontadas à fl. 38, os membros desta Junta de Julgamento, após análise e discussão sobre a matéria, concluíram que o procedimento adotado pelo autuado está em desconformidade com os procedimentos pertinentes à consignação mercantil previstos no art. 409 do RICMS/BA, e que mesmo se a relação for de **venda de mercadoria em consignação x devolução de venda de mercadoria em consignação**, conforme alegado na peça defensiva, e não de **remessa de mercadoria em consignação x devolução de mercadorias em consignação**, a devolução por parte do consignatário jamais poderia ser feita com base no valor da venda para o comprador final, o que certamente resultou no creditamento de ICMS em valor superior ao destacado nos documentos fiscais de remessa em consignação, sendo desnecessária a realização de nova diligência.

Diante disso, a infração 04 é integralmente subsistente.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 279468.0006/08-0, lavrado contra **TIM NORDESTE S.A.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$598.128,41**, acrescido das multas de 50% sobre R\$23.526,03, 60% sobre R\$488.571,87 e de 70% sobre R\$86.030,51, previstas no artigo 42, I, “a”, II, “a”, VII, “a” e III, da Lei nº 7014/96 e dos acréscimos legais.

Esta Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169 inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/00, com efeitos a partir de 10. 10. 00.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de maio de 2010.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - PRESIDENTE/RELATOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS – JULGADORA

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO - JULGADOR